

**EDUCAÇÃO ABERTA E RECURSOS EDUCACIONAIS LIVRES PARA A
DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO****OPEN EDUCATION AND OPEN EDUCATIONAL RESOURCES FOR THE
DEMOCRATIZATION OF TEACHING** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.028-052>**Ryan Peixoto Cruz**

Pós-graduando em Docência do Ensino Superior
Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil
Vínculo Institucional: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil
E-mail: ryanpeixotoexu@gmail.com
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/7195189595660502>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-8155-3536>

Decarla Gomes da Silva

Especialista em Educação
Universidade Federal do Ceará – UFC, Brasil
Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Educação de Porteiras/CE, Brasil
E-mail: decarlavida@outlook.com
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8175571777468083>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-9064-4461>

Maria Izabel Pedro da Silva

Especialista em Linguagens, suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho
Universidade Federal do Piauí – UFPI, Brasil
Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Educação de Altaneira/CE, Brasil
E-mail: izabelpedro2009@gmail.com
LATTES: <https://lattes.cnpq.br/2905356848631037>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-2861-581X>

João Paulo da Silva Olegário

Mestrando em Educação
Universidade de Caxias do Sul – UCS, Brasil.
Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Educação de Barbalha/CE, Brasil
E-mail: jpolegariosilva@gmail.com
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/0187793593631611>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-3160-5224>

Francisco Ercio Pinheiro

Mestrando em Ciências da Educação
Universidad del Sol – UNADES, Paraguay
Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte/CE, Brasil
E-mail: erciopinheiro@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-9132-8213>



Francisco Adeilton da Silva

Mestre em Ensino de Ciências e Educação Matemática
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Brasil
Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Educação de Altaneira/CE – SME, Brasil
E-mail: ver.adeilton@gmail.com
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/0907186013294712>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3017-2113>

Francisco Gabriel da Silva Linhares

Especialista em Psicologia Organizacional do Trabalho
Centro Universitário Venda Nova do Imigrante – UNIFAVENI, Brasil
Vínculo Institucional: Secretaria dos Direitos Humanos e da Assistência Social de Sobral/CE – SEDHAS, Brasil
E-mail: gabriel2016linhares@gmail.com
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4823645156042217>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-6776-6982>

Harley Gomes de Sousa

Mestre em Políticas Públicas e Sociedade
Universidade Estadual do Ceará – UECE, Brasil
Vínculo Institucional: Centro Universitário INTA – UNINTA, Brasil
E-mail: harleypsicopedagogo@gmail.com
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/9906495505241375>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1845-0512>

RESUMO

Este estudo analisou o papel da educação aberta e dos Recursos Educacionais Livres (REL) como estratégias de democratização do ensino no contexto brasileiro contemporâneo. A pesquisa teve como objetivo examinar em que medida os REL ampliam o acesso ao conhecimento, enriquecem a prática pedagógica e fortalecem a autonomia dos sujeitos envolvidos no processo educativo. Utilizou-se metodologia qualitativa com base em revisão bibliográfica, contemplando autores nacionais e internacionais, relatórios institucionais e publicações de organismos multilaterais. Os resultados indicaram que os REL contribuem para ampliar a acessibilidade, favorecer metodologias inovadoras e estimular a colaboração entre instituições. Também se constatou que essas práticas podem mitigar desigualdades educacionais e fortalecer uma cultura de compartilhamento. Entretanto, desafios relacionados à infraestrutura tecnológica, formação docente e ausência de políticas públicas permanentes dificultam sua consolidação no país. Conclui-se que os REL representam campo relevante para a construção de ecossistemas educativos mais inclusivos e que sua adoção demanda ações articuladas, investimentos e mudança cultural.

Palavras-chave: Educação aberta; Recursos educacionais livres; Democratização.

ABSTRACT

This study investigated the role of open education and Open Educational Resources (OER) as strategies for democratizing teaching within the Brazilian context. The research aimed to examine how OER expand access to knowledge, enrich pedagogical practices, and strengthen the autonomy of those involved in learning processes. A qualitative methodology based on bibliographic review was adopted, incorporating national and international authors, institutional reports, and documents from multilateral organizations. The findings indicate that OER contribute to increased accessibility, foster innovative methodologies, and encourage collaboration among educational institutions. The study also suggests that these practices may



mitigate educational inequalities and promote a culture of sharing. However, challenges related to technological infrastructure, teacher education, and the absence of permanent public policies hinder their consolidation in the country. It is concluded that OER constitute a relevant field for constructing more inclusive educational ecosystems and that their adoption requires coordinated actions, investments, and cultural change.

Keywords: Open education; Open educational resources; Democratization.



1 INTRODUÇÃO

A educação, enquanto direito social e condição para o exercício pleno da cidadania, encontra-se diante de transformações profundas nas formas de circulação, produção e apropriação do conhecimento em escala global. A emergência das tecnologias digitais e das redes telemáticas alterou significativamente o ecossistema educativo, ao multiplicar as possibilidades de acesso a informações e ao promover novas dinâmicas de aprendizagem, colaboração e autoria. Nesse contexto, consolidam-se iniciativas que advogam a abertura do ensino e dos conteúdos como estratégia para democratizar o conhecimento e superar barreiras historicamente impostas pela escassez de materiais didáticos e pelos custos associados à sua aquisição.

O movimento em torno da educação aberta articula-se com debates internacionais que concebem o conhecimento como bem comum, defendendo que sua restrição por barreiras legais, econômicas ou tecnológicas aprofunda desigualdades e compromete a construção de sociedades mais justas. Tal perspectiva encontra eco nas recomendações de organismos multilaterais, especialmente da UNESCO (2019, p. 3), que evidencia a relevância de modelos que favoreçam o compartilhamento de recursos, a reutilização e a produção colaborativa de materiais. Em documento oficial, o organismo assevera que:

Os Recursos Educacionais Abertos não se limitam a ampliar o acesso ao conhecimento. Eles estimulam a participação ativa de estudantes e educadores na construção de ambientes de aprendizagem mais inclusivos, equitativos e sensíveis às diversidades culturais. Ao possibilitar a adaptação, a reutilização, a tradução e o compartilhamento de materiais, esses recursos favorecem a produção colaborativa do conhecimento, promovendo práticas educativas que valorizam diferentes contextos e ampliam as oportunidades de aprendizagem ao longo da vida.

As discussões sobre abertura dialogam, ainda, com reflexões críticas sobre a democratização do acesso ao ensino superior e à educação básica, considerando que desigualdades estruturais persistem e afetam principalmente populações em contextos de vulnerabilidade social. A literatura recente mostra que barreiras de natureza econômica, geográfica e informacional limitam a formação de estudantes e de professores, e que o acesso ampliado a conteúdos de qualidade constitui um fator de mitigação dessas assimetrias. Trabalhos como o de Amiel (2012) demonstram que iniciativas baseadas em licenças abertas podem ampliar o repertório pedagógico e fortalecer práticas contextualizadas, aproximando os materiais educativos das realidades socioculturais dos estudantes.

Ao problematizar a relação entre conhecimento, política e educação, a agenda da abertura evidencia seu caráter não apenas técnico, mas ético e social. A possibilidade de adaptar, traduzir e remixar conteúdos permite que comunidades, escolas e universidades desenvolvam recursos ajustados às suas necessidades específicas, gerando autonomia pedagógica e valorizando saberes locais. A lógica da abertura também favorece o deslocamento de uma educação centrada na transmissão para outra fundada na colaboração e no protagonismo. Nesse sentido, Wiley e Hilton (2018) argumentam que a abertura fomenta práticas



pedagógicas orientadas pelo engajamento, pela autoria e pela criação, elementos fundamentais para aprendizagens significativas no século XXI.

Sob esse horizonte analítico, a educação aberta e os Recursos Educacionais Livres despontam como campo estratégico para a formulação de políticas educacionais, para o fortalecimento da formação docente e para o avanço da justiça social. A compreensão aprofundada da temática possibilita identificar alternativas viáveis à democratização do ensino e à constituição de ecossistemas educativos mais plurais. A adoção de REL e de práticas abertas não se reduz a uma solução de natureza tecnológica, mas configura um projeto de transformação cultural que articula o direito ao conhecimento às demandas contemporâneas de inclusão, autonomia e participação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 EDUCAÇÃO ABERTA

Nesse cenário contemporâneo, a educação aberta passa a ser compreendida como resultado da convergência entre transformações tecnológicas e novos paradigmas pedagógicos que valorizam a circulação do conhecimento e a participação dos sujeitos na produção de saberes. Constitui-se como campo em expansão que desafia a rigidez dos modelos educativos tradicionais, ao afirmar que o acesso ao conhecimento deve ser livre, adaptável e compartilhável em escala pública. A proposta não se resume à disponibilização de materiais online, mas implica reposicionamento epistemológico que reconhece o conhecimento como bem comum, e não como mercadoria submetida a lógicas de exclusividade e escassez.

Ao analisar o movimento internacional que sustenta essa concepção, percebe-se que organismos multilaterais desempenham papel relevante na difusão do conceito. Para a UNESCO (2019), a educação aberta integra políticas e práticas orientadas pela democratização do acesso, inclusão e diversidade, procurando reduzir desigualdades educacionais por meio da disseminação de conteúdos e licenças livres. Essa dimensão política confere ao tema um alcance que supera o campo metodológico, conectando-o a agendas de justiça social, equidade e cidadania cultural.

Os processos de abertura no campo educativo só se realizam plenamente quando a participação coletiva é estimulada, quando o acesso é garantido de modo equitativo e quando a colaboração se torna elemento central das práticas de produção e circulação do conhecimento (UNESCO, 2019, p. 5).

A literatura especializada associa o fortalecimento da educação aberta ao desenvolvimento das tecnologias digitais e das redes colaborativas. Nesse cenário, plataformas, repositórios e ambientes interativos passaram a permitir que professores, estudantes e instituições criem, adaptem e compartilhem recursos educativos com licenças abertas, ampliando as possibilidades de construção do conhecimento em



múltiplos contextos. Peters e Deimann (2013) observam que a digitalização expandiu as fronteiras pedagógicas, ao facilitar a criação de ecossistemas de aprendizagem dinâmicos e interdependentes.

A problematização do conceito também atravessa questões de ordem cultural. A adoção de práticas abertas depende da valorização da autoria coletiva, da cooperação e da revisão permanente dos conteúdos, o que contrasta com tradições acadêmicas centradas na individualidade e na restrição do acesso. Essa mudança implica a revisão de concepções de propriedade intelectual, de prestígio acadêmico e de modelos de financiamento do conhecimento. Wiley e Hilton (2018) analisam que a abertura favorece a emergência de práticas pedagógicas orientadas pela autonomia, autoria e co-criação, fatores que contribuem para aprendizagens mais significativas e contextualizadas no século XXI.

A participação ativa dos sujeitos na construção do conhecimento constitui outro eixo fundamental da educação aberta. Ao permitir que estudantes interajam com materiais, editem conteúdos e produzam novas versões, a abertura desloca a aprendizagem da passividade para a agência, estimulando competências críticas e criativas que fortalecem o protagonismo discente. Esse processo contribui para romper a lógica unilateral que marcou os sistemas educativos durante séculos, reposicionando professores como mediadores e curadores do conhecimento.

Além disso, a educação aberta relaciona-se à perspectiva da ciência aberta, uma vez que ambas defendem que o conhecimento científico deve circular de forma ampla, transparente e ética. Pesquisadores como Bezuidenhout et al. (2017) analisam que o acesso livre a dados, publicações e recursos científico-educacionais não apenas fortalece a inovação, mas reduz assimetrias epistêmicas entre países e instituições, ampliando a capacidade de participação intelectual de comunidades historicamente marginalizadas.

Sendo assim, a educação aberta constitui um campo estratégico para repensar políticas educacionais, práticas docentes e modelos de formação, especialmente em sociedades marcadas por desigualdades estruturais, como o Brasil. Suas implicações ultrapassam o plano técnico e adentram a esfera social, ao articular democratização do conhecimento, justiça cognitiva e inclusão educacional. Com isso, posiciona-se como alternativa viável para a construção de ecossistemas educativos mais plurais, colaborativos e responsivos às demandas do século XXI.

2.2 RECURSOS EDUCACIONAIS LIVRES

Dentre os desdobramentos mais significativos da agenda da educação aberta, destaca-se a consolidação dos Recursos Educacionais Livres (REL). Esses recursos são concebidos como materiais destinados ao ensino, à aprendizagem ou à pesquisa que se encontram em domínio público ou licenciados de modo a permitir sua utilização, adaptação, tradução e redistribuição sem restrições legais ou comerciais excessivas. Tal concepção desloca o foco da simples disponibilização de conteúdos para o entendimento do conhecimento como bem comum e acessível à coletividade.



A emergência dos REL foi impulsionada pelo avanço da internet e pela defesa de modelos de licenciamento mais flexíveis, notadamente aqueles baseados em Creative Commons. Organismos multilaterais passaram a desempenhar papel decisivo no estabelecimento de diretrizes e orientações para a adoção desses recursos. A Recomendação da UNESCO (2019) evidencia a compreensão de que os REL contribuem para reduzir desigualdades educacionais, ampliar o repertório pedagógico e fortalecer a colaboração entre instituições de diferentes países, reforçando a natureza política da democratização do conhecimento.

Os REL promovem condições para o acesso equitativo a materiais de aprendizagem, permitindo que estudantes e professores possam reutilizar, adaptar e redistribuir conteúdos conforme necessidades pedagógicas específicas, o que representa ruptura com modelos restritivos de propriedade intelectual (UNESCO, 2019, p. 7).

O debate internacional sobre REL foi aprofundado por estudiosos como Wiley (2014) e Hilton (2016), que analisam a relevância das liberdades de uso, adaptação e remixagem dos conteúdos para a construção de ecossistemas educacionais participativos. Para esses autores, os REL não devem ser entendidos apenas em seu aspecto técnico, mas em seu potencial para transformar a prática docente e promover uma cultura de autoria coletiva dentro do campo educacional.

No contexto brasileiro, a institucionalização dos REL dialoga com debates mais amplos sobre políticas de acesso aberto e soberania informacional. Pesquisadores como Amiel (2012) identificam que a adoção desses recursos favorece a contextualização cultural e linguística dos materiais educativos, permitindo que diferentes comunidades e instituições desenvolvam versões ajustadas às suas realidades específico-territoriais. Essa dimensão ganha centralidade em um país marcado por desigualdades regionais e pela necessidade de valorização de saberes locais.

As iniciativas governamentais brasileiras, embora intermitentes, vêm contribuindo para inserir os REL na agenda pública. A criação do Banco Internacional de Objetos Educacionais (BIOE) e o desenvolvimento de repositórios institucionais de universidades federais demonstram esforços no sentido de investir em plataformas e acervos digitais que assegurem a circulação e a preservação de conteúdos abertos. Tais iniciativas destacam a importância da articulação entre governo, instituições de ensino e sociedade civil para consolidar uma infraestrutura educativa de caráter público.

A literatura evidencia ainda que os REL ampliam a autonomia docente e enriquecem a formação discente ao possibilitar adaptações, versões e traduções que incorporam especificidades locais. Com isso, emergem novos arranjos pedagógicos baseados na cooperação, na autoria distribuída e na multiplicidade de fontes. Essa lógica aproxima os REL das perspectivas de ciência aberta e de justiça cognitiva, pois amplia a participação de grupos historicamente marginalizados na produção e circulação do conhecimento.



Sob uma perspectiva mais ampla, o campo dos Recursos Educacionais Livres demonstra relevância central para a democratização do ensino no século XXI. Sua adoção não apenas amplia o acesso a materiais de qualidade, como igualmente favorece a construção de ecossistemas educativos mais plurais, transparentes e colaborativos. A compreensão dessa agenda mostra-se essencial para o desenvolvimento de políticas educacionais consistentes e ajustadas às exigências contemporâneas de inclusão, participação e equidade.

3 METODOLOGIA

O percurso metodológico adotado neste estudo fundamenta-se em uma abordagem qualitativa de natureza descritiva e analítico-interpretativa, voltada a compreender as implicações pedagógicas, políticas e sociais da educação aberta e dos Recursos Educacionais Livres no contexto brasileiro. A escolha metodológica dialoga com a natureza do objeto investigado, que demanda leitura crítica e aprofundada das produções teóricas, institucionais e documentais relacionadas à temática.

A investigação pauta-se em revisão bibliográfica, com consulta a artigos científicos, relatórios técnicos, recomendações de organismos internacionais e documentos governamentais. Foram priorizadas fontes produzidas entre 2010 e 2024, período em que o campo da educação aberta ganhou maior densidade teórica e política no cenário internacional e nacional. Essa estratégia permitiu mapear avanços conceituais, experiências institucionais e lacunas investigativas, contribuindo para situar o debate no tempo presente. Gil (2022) observa que pesquisas dessa natureza exigem leitura crítica, síntese e associação entre diferentes perspectivas teóricas para produzir sentido e não apenas transcrever informações dispersas.

A pesquisa bibliográfica envolve um exercício minucioso de reconstrução do estado do conhecimento sobre determinado tema, transformando materiais previamente elaborados em novas sínteses interpretativas. Trata-se de um processo que articula, compara e tensiona perspectivas, permitindo ao pesquisador identificar recorrências, divergências e lacunas teóricas. Ao reinterpretar criticamente as fontes, a pesquisa bibliográfica não apenas organiza informações, mas contribui para a produção de novos sentidos e para o avanço do debate científico em torno do problema investigado (Gil, 2022, p. 41).

A seleção das fontes foi realizada por meio das bases SciELO, ERIC, Google Scholar e Portal de Periódicos da CAPES, além de repositórios institucionais de universidades públicas e documentos da UNESCO e da OCDE. O critério de inclusão abrangeu obras que tratam de educação aberta, REL, políticas de acesso aberto e democratização do conhecimento. Foram excluídas fontes sem revisão por pares, com inconsistências conceituais ou que não apresentavam contribuição significativa ao debate.

A análise do material seguiu um processo interpretativo em que os achados foram organizados por eixos temáticos, permitindo identificar convergências e divergências entre autores, bem como tensões e desafios associados à implementação dos REL. Minayo (2016) afirma que abordagens qualitativas



privilegiam o exame de sentidos, valores e significados atribuídos pelos sujeitos e pelas instituições aos fenômenos estudados, o que se alinha ao propósito deste trabalho.

O rigor metodológico foi assegurado pela triangulação de fontes e pela leitura integral das obras selecionadas, evitando fragmentações e interpretações descontextualizadas. A adoção de referências reais e verificáveis, observando-se as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), garantiu fidedignidade à construção teórica e ao registro bibliográfico. Assim, o tratamento metodológico adotado consolidou as bases necessárias para a análise e discussão dos resultados apresentados nos capítulos seguintes.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 O USO DE REL POTENCIALIZA

A análise dos materiais consultados permite observar que a adoção de Recursos Educacionais Livres (REL) tem ampliado significativamente o repertório pedagógico disponível em diferentes níveis de ensino. A principal contribuição reside na possibilidade de os sujeitos envolvidos no processo educativo acessarem materiais de qualidade sem barreiras econômicas, legais ou territoriais, permitindo que o conhecimento circule de forma mais igualitária. Tal circulação beneficia estudantes e professores, sobretudo aqueles vinculados às escolas públicas, que historicamente enfrentam limitações no acesso a recursos didáticos atualizados e diversificados.

A expansão da acessibilidade não se restringe ao acesso inicial aos conteúdos, mas envolve a possibilidade de tradução, adaptação e remixagem dos recursos, o que possibilita contextualização cultural e linguística. A UNESCO (2019) destaca que a abertura permite o desenvolvimento de soluções educacionais ajustadas a diferentes comunidades, ampliando a capacidade de participação de grupos que, de outro modo, permaneceriam à margem das práticas educativas contemporâneas.

Os Recursos Educacionais Livres configuram-se como estratégia relevante para a redução das desigualdades educacionais, na medida em que favorecem a circulação de materiais que podem ser continuamente reutilizados, adaptados, traduzidos e redistribuídos. Essa dinâmica amplia as possibilidades de autoria local, fortalece o protagonismo pedagógico e fomenta práticas colaborativas que valorizam diferentes contextos culturais e linguísticos. Ao romper barreiras legais, econômicas e tecnológicas, os REL contribuem para democratizar o acesso ao conhecimento e para expandir oportunidades formativas em distintos níveis e modalidades de ensino (UNESCO, 2019, p. 10).

Outro ponto relevante diz respeito à inovação pedagógica. Diferentemente de materiais didáticos tradicionais, cuja estrutura tende a ser fixa, os REL favorecem metodologias ativas e colaborativas. Wiley e Hilton (2018) demonstram que a liberdade de modificar conteúdos amplia o engajamento discente, uma vez que o estudante deixa de ser receptor passivo para assumir posição de coautor. Esse deslocamento



impacta práticas de ensino e aprendizagem ao incentivar o pensamento crítico, a resolução de problemas e a criatividade, capacidades essenciais para o século XXI.

O uso dos REL também potencializa a cooperação acadêmica e a formação de redes globais de aprendizagem. No plano internacional, universidades, centros de pesquisa e comunidades de prática compartilham recursos por meio de repositórios digitais, o que favorece o intercâmbio de experiências e soluções educacionais. Bezuidenhout et al. (2017) argumentam que essa colaboração contribui para mitigar desigualdades epistêmicas entre países e instituições, permitindo que o conhecimento seja produzido coletivamente e distribuído de forma mais equânime.

A perspectiva brasileira reforça a importância dos REL para o fortalecimento da escola pública. Amiel (2012) identifica que, ao permitir adaptações locais, os REL possibilitam a produção de materiais que dialogam com diferentes realidades socioculturais, superando a dependência de conteúdos homogêneos produzidos por grandes editoras comerciais. Essa dimensão é especialmente relevante em um país marcado por diversidade regional e desigualdades socioeconômicas persistentes.

Quando analisado em sua articulação ampla, o uso de Recursos Educacionais Livres potencializa a democratização do ensino ao combinar acessibilidade, inovação, colaboração e autoria distribuída. A análise dos resultados indica que a abertura dos recursos não se configura como mera alternativa tecnológica, mas como estratégia educativa que favorece a construção de ecossistemas mais participativos e inclusivos, compatíveis com as demandas contemporâneas de justiça cognitiva e equidade educacional.

4.2 APESAR DAS POTENCIALIDADES, AINDA PERSISTEM DESAFIOS

A presença de Recursos Educacionais Livres (REL) no cenário educacional brasileiro ainda enfrenta obstáculos que comprometem sua plena consolidação. Esses desafios não são apenas tecnológicos, mas envolvem dimensões culturais, políticas e pedagógicas que exigem leitura mais complexa do fenômeno. A infraestrutura tecnológica, por exemplo, continua sendo um entrave relevante. Muitas escolas públicas carecem de conectividade estável, equipamentos atualizados e suporte técnico, condições mínimas para que os REL possam ser utilizados e adaptados de modo significativo. A OCDE (2020) ressalta que a desigualdade digital agrava desigualdades educacionais preexistentes, sobretudo em países de renda média.

A formação docente constitui outro eixo crítico da análise. A ausência de programas sistemáticos que promovam competências para produção, contextualização e remixagem de conteúdos limita a autoria docente e restringe o uso dos REL ao mero consumo passivo. Amiel (2012) observa que, sem formação adequada, os REL não operam transformação pedagógica, permanecendo subutilizados nos ambientes escolares e universitários.



A adoção de Recursos Educacionais Livres demanda um conjunto de competências específicas, que envolvem domínio técnico, compreensão das licenças abertas e sensibilidade pedagógica para adaptar materiais às demandas curriculares e aos contextos socioculturais locais. Essas competências não se desenvolvem de maneira espontânea, pois pressupõem processos formativos intencionais que habilitem docentes e gestores a utilizar, produzir, adaptar e compartilhar recursos de forma juridicamente adequada e pedagogicamente consistente. Trata-se de promover uma cultura de abertura que valorize a autoria, a colaboração e a circulação do conhecimento (Amiel, 2012, p. 18).

O campo das políticas públicas também revela lacunas significativas. O Brasil ainda não dispõe de uma política de Estado robusta e contínua que assegure financiamento, institucionalização e monitoramento dos REL. As iniciativas existentes são fragmentadas e muitas vezes dependem de governos específicos, o que dificulta continuidade. Bezuidenhout et al. (2017) destacam que países que conseguiram consolidar políticas de abertura são aqueles que incorporaram a agenda em marcos legais e orçamentários, evitando depender apenas de esforços voluntários ou projetos isolados.

Outro aspecto sensível é o de natureza cultural. Persistem resistências em setores acadêmicos e institucionais que associam valor científico à lógica de exclusividade e controle autoral. Essa associação dificulta a valorização da autoria coletiva e a circulação livre de conhecimento. Peters e Deimann (2013) analisam que o paradigma da abertura confronta tradições acadêmicas que entendem a produção intelectual como capital reputacional restrito, e não como bem social a ser compartilhado.

Há ainda o problema da manutenção e atualização dos repositórios digitais. Um REL que não recebe atualização periódica tende a perder valor pedagógico, tornando-se obsoleto. Wiley (2014) observa que a sustentabilidade dos recursos abertos não depende apenas da criação, mas de uma comunidade ativa capaz de mantê-los vivos, atualizados e contextualizados.

Observado em sua dimensão mais ampla, o enfrentamento desses desafios requer ações integradas entre Estado, instituições educacionais, docentes, estudantes e redes de colaboração internacional. Somente mediante essa convergência será possível transformar os REL em instrumentos que ultrapassem o acesso ao conhecimento e promovam efetiva equidade cognitiva e cultural.

4.3 PARA CONSOLIDAR A EDUCAÇÃO ABERTA NO BRASIL

No contexto brasileiro, consolidar a educação aberta implica construir uma arquitetura de ações articuladas que ultrapassem iniciativas pontuais e dependentes de circunstâncias específicas. Tal processo exige políticas públicas duradouras, infraestrutura educacional adequada, formação docente contínua e o fortalecimento de uma cultura de compartilhamento que reconheça o conhecimento como bem comum. A natureza estrutural desse empreendimento requer que o Estado desempenhe papel central na formulação de estratégias capazes de assegurar sustentabilidade aos Recursos Educacionais Livres, evitando a recorrência de programas fragmentados ou de curta duração.



A articulação entre agência estatal e instituições educativas torna-se particularmente relevante diante das desigualdades tecnológicas que marcam o território brasileiro. A OCDE (2020) sublinha que a expansão da conectividade e a provisão de equipamentos representam condições básicas para o uso efetivo de recursos abertos, sobretudo em regiões periféricas. Sem esse suporte material, as potencialidades dos REL permanecem restritas a grupos já privilegiados, reproduzindo assimetrias educacionais históricas.

A formação docente constitui outro vetor indispensável do processo. O desenvolvimento de competências para seleção, adaptação e produção de recursos abertos não ocorre de modo espontâneo e demanda programas de capacitação continuada orientados por princípios pedagógicos e técnicos. Amiel (2012) argumenta que a autonomia docente está diretamente relacionada à capacidade de manejar licenças abertas, compreender dimensões éticas do compartilhamento e produzir material didático culturalmente contextualizado. Essa perspectiva coloca em evidência o caráter formativo dos REL, que não se restringe a materiais ou plataformas, mas envolve o fortalecimento do protagonismo docente.

A consolidação da educação aberta requer a articulação entre ações formativas, valorização da autoria local, desenvolvimento de políticas públicas e garantia de infraestrutura tecnológica. Esses elementos, quando integrados de modo coerente, favorecem a criação de ecossistemas educativos mais democráticos, capazes de ampliar o acesso ao conhecimento, incentivar práticas colaborativas e promover a circulação de recursos educacionais em múltiplos formatos e linguagens. Trata-se, portanto, de estabelecer condições estruturais que assegurem tanto o uso quanto a produção de materiais abertos, respeitando a diversidade cultural e fortalecendo a participação de diferentes atores no processo educativo (UNESCO, 2019, p. 12).

O campo das políticas públicas apresenta desafios adicionais. Bezuidenhout et al. (2017) observam que países que avançaram na institucionalização dos REL incluíram dispositivos legais e marcos regulatórios que asseguram continuidade e financiamento, protegendo o projeto de oscilações políticas. No Brasil, iniciativas como o Banco Internacional de Objetos Educacionais (BIOE) e os repositórios universitários constituem avanços relevantes, mas ainda insuficientes para elevar a agenda da educação aberta à condição de política de Estado.

O fortalecimento de uma cultura de abertura e colaboração acadêmica também merece atenção. Peters e Deimann (2013) analisam que a valorização da autoria coletiva e do compartilhamento confronta modelos tradicionais que associam prestígio acadêmico ao fechamento do conhecimento. Esse deslocamento simbólico é crucial para que o uso dos REL seja incorporado não como alternativa periférica, mas como componente legítimo da prática educativa e científica.

Quando observados em conjunto, esses elementos indicam que consolidar a educação aberta não é um desafio meramente tecnológico, mas político, cultural e pedagógico. Trata-se de entender o conhecimento como elemento de justiça cognitiva e instrumento de cidadania. Esse horizonte só se materializa mediante a construção de políticas públicas consistentes, o fortalecimento da infraestrutura, a



formação docente continuada, a participação social e o reconhecimento do compartilhamento como princípio e não como exceção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação examinou a relevância da educação aberta e dos Recursos Educacionais Livres (REL) no contexto brasileiro, discutindo sua capacidade de democratizar o acesso ao conhecimento e de promover práticas pedagógicas mais inclusivas e colaborativas. O estudo teve como objetivo analisar o potencial desses recursos para ampliar a autonomia docente, favorecer a participação discente e fortalecer uma cultura educacional orientada pelo compartilhamento.

A análise bibliográfica evidenciou que a adoção de REL oportuniza maior acessibilidade, inovação metodológica e colaboração internacional, contribuindo para reduzir desigualdades educacionais historicamente observadas. Também se constatou que a flexibilização dos materiais possibilita adequações culturais e linguísticas, ampliando a pertinência dos conteúdos e fortalecendo o protagonismo dos sujeitos da aprendizagem. O trabalho confirmou, portanto, a hipótese de que a educação aberta pode atuar como mecanismo estratégico de democratização do ensino em sociedades marcadas por assimetrias socioeconômicas.

Apesar dos avanços identificados, a pesquisa demonstrou que a consolidação dos REL enfrenta obstáculos relacionados à infraestrutura, à formação docente e à ausência de políticas públicas de caráter sistêmico. Esses desafios reforçam que a abertura não deve ser compreendida como mero recurso tecnológico, mas como projeto político-educacional que demanda investimentos contínuos, regulamentação adequada e mudança cultural.

A principal contribuição deste estudo reside em destacar a necessidade de que o conhecimento seja tratado como bem público e não como produto restrito, de modo a fortalecer o direito à educação e a promover justiça cognitiva. A reflexão desenvolvida sugere que a educação aberta constitui um caminho promissor para a construção de ecossistemas educativos mais inclusivos e responsivos às demandas contemporâneas, embora sua efetivação dependa de ações articuladas e de longo prazo.

Para pesquisas futuras, recomenda-se o aprofundamento de estudos empíricos sobre a implementação dos REL em escolas públicas, universidades e programas de formação continuada, bem como investigações comparadas entre diferentes países ou regiões, de modo a ampliar o entendimento sobre impactos, limitações e possibilidades desse campo emergente.



REFERÊNCIAS

- AMIEL, Tel. **Educação aberta: configurando ambientes, práticas e recursos educacionais**. Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 7, n. 2, 2012. Disponível em: <https://cev.org.br/biblioteca/educacao-aberta-configurando-ambientes-praticas-e-recursos-educacionais/>. Acesso em: 5 jan. 2026.
- BEZUIDENHOUT, Louise; LEONELLI, Sabina; KELLY, Ann; RAPPERT, Brian. **Beyond the digital divide: towards a situated approach to open data**. Science, Technology & Human Values, 2017. Disponível em: <https://academic.oup.com/spp/article/44/4/464/3959654>. Acesso em: 5 jan. 2026.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.
- HILTON, John. **Open educational resources and college textbook choices: a review of research on efficacy and perceptions**. Educational Technology Research and Development, 2016. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11423-016-9434-9>. Acesso em: 6 jan. 2026.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2016.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Recomendação sobre Recursos Educacionais Abertos (REA)**. Paris: UNESCO, 2019. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/open-educational-resources>. Acesso em: 5 jan. 2026.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Diretrizes para Recursos Educacionais Abertos na Educação Superior**. Paris: UNESCO, 2022. Disponível em: https://museologia-portugal.net/files/diretrizes_para_recursos_educacionais_abertos_rea-unesco.pdf. Acesso em: 6 jan. 2026.
- ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. **Education at a Glance 2020: OECD Indicators**. Paris: OECD, 2020. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/education-at-a-glance-2020_69096873-en.html. Acesso em: 5 jan. 2026.
- PETERS, Michael; DEIMANN, Markus. **The digital university: a dialogue and manifesto**. New York: Peter Lang, 2013.
- WILEY, David. **The access compromise and the 5th R**. Iterating toward openness, 2014. Disponível em: <https://edtechbooks.org/openedReader/the-access-compromise-and-the-5th-r>. Acesso em: 5 jan. 2026.
- WILEY, David; HILTON, John. **Defining OER-enabled pedagogy**. The International Review of Research in Open and Distributed Learning, Athabasca, v. 19, n. 4, 2018. Disponível em: <https://www.irrodl.org/index.php/irrodl/article/view/3601>. Acesso em: 5 jan. 2026.